

A contribuição de Maria Célia Paoli às Ciências Sociais brasileiras: um resgate necessário

Maria Célia Paoli's contribution to the Brazilian Social Sciences:
A necessary retrieval

Alexandre Fortes*

Resenha do livro: PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; LOPES, José Sergio Leite; CÂNDIDO, João Carlos *et al.* **Sujeitos políticos na formação social brasileira.** 1ª ed. São Carlos: EdUFSCar, 2024.

Palavras-chave: Maria Célia Paoli; movimentos sociais; classe trabalhadora.

Keywords: Maria Célia Paoli; Social Movements; Working Class.

EM 2001, ao arguir a tese de doutorado do autor desta resenha, Maria Célia Paoli, expressando uma crescente angústia coletiva entre os pesquisadores da história do trabalho, comentou: “– Nós estudamos um mundo em extinção”. A socióloga se referia, de um lado, ao processo de constituição do universo sociocultural característico do operariado brasileiro ao longo do século XX e seus impactos no processo mais amplo de luta das classes populares por cidadania, democracia e justiça social. De outro, ao que os pesquisadores do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da Universidade de São Paulo (Cenedic-USP), do qual ela foi uma das fundadoras e principais lideranças, designaram de “desmonte” neoliberal, que ganhava impulso na virada do milênio, combinando desindustrialização, precarização do trabalho e atomização da vida social.

A publicação de *Sujeitos políticos na formação social brasileira* é uma iniciativa louvável e necessária, oferecendo às novas gerações de pesquisadores um panorama abrangente da produção de uma pensadora original, rigorosa e engajada. A coletânea

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Professor titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro na área de História Contemporânea. E-mail: fortes.ufrj@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3728-2318>.

concentra em um único volume, previsto como o primeiro de uma série, trabalhos de Paoli que abordam de diferentes ângulos a temática enunciada no título. Esses trabalhos, até então, se encontravam dispersos como artigos em periódicos, capítulos de coletâneas temáticas fora de catálogo e outras publicações, algumas de acesso ainda mais difícil ao público geral. A curadoria realizada por Fábio Sanchez, Joana Barros, Diego Azzi e Guilherme Nafalski é primorosa, tanto no que diz respeito à seleção quanto ao ordenamento dos textos. O resultado ressalta o encadeamento lógico entre os diversos trabalhos incluídos no livro e os temas recorrentes que os perpassam. As contribuições de Henrique Parra, João Carlos Cândido e José Sérgio Leite Lopes proporcionam elementos fundamentais de contextualização da trajetória intelectual e política de Paoli. Leite Lopes, em particular, ilumina o percurso de formação e a singularidade da produção intelectual da autora a partir de uma reconstituição da constelação de cientistas sociais que, desde o final da década de 1960, desenvolveram suas pesquisas em sintonia com os processos de resistência democrática e organização de movimentos sociais no Brasil.

Aos olhos do presente, evidentemente, alguns aspectos marcantes dos ensaios de Paoli podem parecer datados, como a excessiva confiança, particularmente na década de 1980, em relação à consolidação de uma cidadania autonomista que levaria à superação dos legados autoritários da sociedade brasileira. Algumas lacunas tornam-se também mais evidentes, como a pouca atenção dedicada às desigualdades raciais e ao seu enfrentamento pelos movimentos negros e antirracistas. Se essas limitações indicam a profundidade das mudanças do ambiente político-intelectual brasileiro nas últimas décadas, elas não comprometem, em hipótese alguma, a impressionante atualidade das reflexões que constituem o núcleo central do trabalho da autora, cujas contribuições extrapolam em muito a análise dos objetos específicos de cada um dos seus trabalhos.

O livro se divide em duas partes: “Formação Social Brasileira e seus Sujeitos” e “Trabalhadores, Sujeitos de Direito”. A primeira inclui textos sobre temas mais diversificados, como o direito à memória, a produção historiográfica sobre o período republicano, o lugar dos povos indígenas na sociedade brasileira, o papel da violência nas relações sociais no Brasil e as representações sobre mulheres e relações de gênero no cânone nacional. Um foco comum no tratamento dado por Paoli a esses diferentes objetos é a tensão entre, de um lado, o autoritarismo inerente às relações de dominação social no Brasil e, de outro lado, as experiências subalternas de luta por reconhecimento, dignidade e condições de vida a partir das quais se enunciam noções de direito e a busca pela sua expressão democrática no espaço público.

É nessa perspectiva que os trabalhos reunidos na segunda parte do livro abordam a trajetória da classe trabalhadora brasileira. Eles incluem dois dos artigos mais conhecidos da autora (“Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros: Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira” e “Trabalhadores e Cidadania: Experiência no Mundo Público

na História do Brasil Moderno”), além de contribuições sobre o tema da família operária, no qual se destaca o diálogo com as pesquisas de Rosilene Alvim, e sobre os debates referentes à democratização da Justiça do Trabalho. Nesses trabalhos, a influência thompsoniana é notável. Crítica do determinismo econômico, do vanguardismo e do distanciamento das organizações marxistas tradicionais em relação à experiência concreta dos trabalhadores, Maria Célia Paoli compartilha com o autor britânico a premissa básica da centralidade da luta de classes, do processo de identificação de interesses comuns entre os trabalhadores e de interesses opostos aos da burguesia. Paoli destaca o papel das experiências cotidianas, da formação de valores coletivos no desenvolvimento de concepções contra-hegemônicas de direitos e cidadania, que remetem claramente às ideias do historiador britânico sobre a importância de noções autolegitimadoras da ação coletiva subalterna, como a “economia moral da multidão” e as tradições do “inglês nascido livre”. Assim como Thompson, porém, ela identifica o direito e a justiça como terrenos de luta imbricados ao conjunto do tecido social, resistindo aos encantos da lógica supostamente autossuficiente do aparato jurídico estatal. Isso lhe permite escapar da armadilha que leva muitos pesquisadores a substituírem os trabalhadores pelos juristas e operadores profissionais da legislação como protagonistas no processo de conquista de direitos trabalhistas.

Um exame mais detalhado de “Os Trabalhadores Urbanos na Fala dos Outros” exemplifica a originalidade da abordagem de Paoli. A autora parte da avaliação de que, em meados da década de 1980, ocorria no país “a dissolução progressiva de todo um conjunto de premissas e teorias, que anteriormente organizavam a percepção e a análise sobre a forma histórica da dominação e dos modos de existência social e política dos trabalhadores”. A emergência dos novos movimentos sociais no período entre a resistência à ditadura militar e a redemocratização teria gerado uma “recusa em considerar as instituições vigentes como tomando todo espaço da vida social, sejam elas partidos, sindicatos, associações civis ou o Estado”.

É nessa perspectiva que Paoli reexamina a experiência de proletarianização nas décadas de 1930 e 1940, um processo de formação de classe que, como destaca, não se confunde com a estruturação do estado getulista. Sintetizando um amplo conjunto de debates historiográficos sobre o movimento operário na Primeira República, ela conclui que a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, não inaugura uma classe, embora expresse um novo momento histórico no qual o Estado se impõe “como referência obrigatória da luta de classes”. Para Paoli, contudo, isso não elimina a possibilidade de contar a história do período a partir de um outro olhar, da perspectiva do que estava ocorrendo nas fábricas: o desemprego e os debates sobre a “crise de produtividade” na esteira da crise de 1929; as “pequenas lutas” dentro de cada unidade produtiva e nos bairros operários; as denúncias sobre o descumprimento da

legislação trabalhista; e sobre o autoritarismo e violência dos patrões e capatazes. Atenta à heterogeneidade da composição do operariado, a autora destaca as especificidades regionais, as experiências de trabalhadores especializados e não especializados em diferentes ramos produtivos, a superexploração de mulheres e crianças ao arrepio da legislação trabalhista anterior e posterior a 1930. Mapeia detalhadamente exemplo de como o avanço da regulamentação estatal, ao invés de suprimir os conflitos de classe, os fomentou, em função da recusa intransigente do patronato em renunciar a seu poder arbitrário no espaço fabril.

De forma pioneira, Paoli chama a atenção para a situação paradoxal criada no contexto do “esforço de guerra”, em que a sistematização e ampliação dos direitos trabalhistas prometida pela CLT coexistia com a suspensão praticamente total da aplicação de qualquer limite à superexploração da força de trabalho sob disciplina militar. A explosão das greves na conjuntura da democratização, demonstra a autora, se nutria da denúncia sobre os “lucros extraordinários imorais” obtidos pelos industriais por meio dos recordes de produção, particularmente no setor têxtil, assim como pelos comerciantes inescrupulosos, os “tubarões” que se aproveitavam da escassez de produtos de consumo e da inflação. Sua conclusão, numa crítica direta às conhecidas teses de Francisco Weffort, é de que durante a democratização de 1945, “os movimentos operários não estavam esquecidos da sua própria história”, reagindo automaticamente de forma “espontânea” a fatores conjunturais. Ao contrário, o afrouxamento da repressão teria permitido que experiências de lutas acumuladas de forma contínua nas décadas anteriores viessem a se expressar com força inédita no espaço público, num processo pouco compreendido tanto pela esquerda organizada do período quanto por muitos analistas posteriores. Nas palavras da autora: “A contestação política que se apercebeu deste tempo e espaço de classes apenas como degrau para chegar a ideias tradicionais de tomada de poder, consciência unitária de classe e generalização hierárquica de objetivos, certamente transformou-se, neste momento, em uma retórica que não apreendeu os fundamentos de sua ação e os desafios concretos propostos para a classe”.

As obras de Maria Célia Paoli estão dentre as expressões mais destacadas de um paradigma contra-hegemônico de interpretação sobre a formação social brasileira a partir da experiência subalterna que emergia no campo interdisciplinar dos estudos do trabalho a partir da década de 1980. Essa guinada epistemológica permitiu repensar a formação social brasileira a partir do protagonismo das classes populares. Formada na tradição dos estudos sobre “marginalidade” associados à sociologia da dependência que marcou sua dissertação de mestrado, ela desenvolveu uma perspectiva interdisciplinar ancorada em diálogos com uma grande diversidade de autores de campos de conhecimento tão variados quanto a economia política, a filosofia e a antropologia. Isso resultou em uma leitura crítica da perspectiva elitista que marca os clássicos do nosso pensamento

social e em um olhar aguçado para a experiência histórica dos dominados. A realização do seu doutorado, entre 1979 e 1987, sob a orientação de Eric Hobsbawm, e o contato mais amplo com a história social britânica, em particular as obras de E. P. Thompson, consolidaram a abordagem inovadora da autora que a coletânea nos permite contemplar de forma abrangente.

Infelizmente, o desenvolvimento desse paradigma foi posteriormente comprometido pela contraofensiva do “mito do Estado Demiurgo”, tão criticado por Marilena Chauí durante a transição democrática. O contraste entre as duas perspectivas é evidente no tratamento do primeiro governo Vargas. A partir da década de 1990, o avanço do neoliberalismo fomentou a difusão de uma visão saudosista e apologética do legado varguista, calcada na tese de que a ditadura do Estado Novo teria reelaborado as experiências anteriores de busca de enunciação da palavra operária sem sequer mencioná-las, definindo a cidadania operária como dádiva. Já Paoli, como exemplificado acima, combinou em ampla pesquisa em fontes primárias com o diálogo com a então incipiente história do trabalho no pós-1930 para mapear as continuidades da resistência operária e a reapropriação ativa das promessas raramente cumpridas da legislação trabalhista, na forma de uma “crença simbólica nos direitos” que embasava a luta coletiva contra a persistente combinação entre autoritarismo e superexploração.

O predomínio da primeira perspectiva, infelizmente, relegou a história do trabalho brasileira a um lugar marginal nos debates historiográficos do país. A despeito do crescimento extraordinário do volume e da notável qualidade da pesquisa empírica, as trajetórias dos sujeitos coletivos subalternos continuam a ser inteiramente ignoradas nas metanarrativas dominantes. Pior do que isso, contudo, é o uso seletivo da história social como elemento decorativo em análises ancoradas na histórica política neoconservadora, um empreendimento político-intelectual que, sob uma fina camada de supostas novidades conceituais, mal disfarça seus objetivos de desqualificação de qualquer abordagem crítica às desigualdades sociais estruturais.

Maria Célia Paoli faleceu em 2019, após vários anos de enfermidade. Isso não lhe permitiu (ou a poupou de) testemunhar as consequências políticas mais nefastas do “desmanche”. A perda precoce da sua presença no cenário político e intelectual brasileiro, por outro lado, nos privou das suas contribuições criativas, livres de amarras teórico-metodológicas (como dizem seus discípulos nos textos de homenagem, um pensamento “que dança” ou “sem corrimão”), tão necessárias para enfrentar os esmagadores desafios com que nos defrontamos. Para além de todas as qualidades da sua produção aqui mencionadas, ela será sempre lembrada por aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-la pela força estimulante dos seus comentários brilhantes e originais, seja nos ambientes acadêmicos formais ou fora deles, e pela imensa generosidade evidenciada pela atenção que dedicava aos estudantes e pesquisadores mais jovens.

Por tudo isso, *Sujeitos políticos na formação social brasileira* é uma leitura obrigatória. O livro nos permite resgatar conexões perdidas com um momento histórico de efervescência social e política que possibilitou à intelectualidade brasileira vislumbrar na experiência histórica dos sujeitos coletivos populares as bases de construção de um futuro mais justo e democrático para o país. Trata-se de uma inspiração cada vez mais necessária no cenário de dominação de classe obscurantista e autoritária em que o mundo se vê mergulhado atualmente.

Recebido em: 23/01/2025

Aprovado em: 27/02/2025